

Construindo uma nova Natal: anseios, projetos e obras para o erguimento de uma urbe moderna (1904-1909)

RENATO MARINHO BRANDÃO SANTOS*

A história que contamos, do processo de construção de uma Natal moderna, divide-se em duas etapas, ou melhor dizendo, em duas camadas. Veremos que se tratam de camadas com composições distintas, camadas que se sedimentam com os materiais peculiares ao seu tempo de formação, mas que, ao fim, formam um só terreno. É a história desse terreno, que aqui chamaremos de *processo de construção de uma cidade moderna*, que nos interessa, sendo preciso, para chegar a ela, compreender antes cada uma das camadas que a forma. Neste artigo, analisaremos uma parcela da primeira dessas camadas, indo de 1904 a 1909¹.

Nossa inspiração para esta “empreitada arqueológica” está na obra do historiador francês Laurent Vidal, *De Nova Lisboa a Brasília: a invenção de uma capital (séculos XIX-XX)*. Nesse livro adaptado de sua tese de doutorado, Vidal se preocupa essencialmente com o tempo de espera, de expectativa, que envolve o projeto de construção da nova capital federal. “Para que serve uma cidade quando ela não existe? (VIDAL, 2009: 11)”, dirá o autor em sua primeira e instigante frase. Para que serve uma cidade antes de ela ser posta no real, no momento que antecede a materialização de suas formas?

Mas a cidade que estudamos em nosso projeto de pesquisa, Natal, não passou pelo mesmo processo que levou à criação de Brasília. Nasceu como cidade, em 25 de dezembro de 1599, como é de conhecimento geral, por meio de uma ordem real da Coroa Ibérica. Não foi produto de um projeto arquitetônico que lhe desse o traçado e planejasse seu futuro. Nada disso. Nasceu como cidade, e com esse título continuou, atravessando os tempos coloniais e imperiais, chegando à República, período no qual se

* Mestrando em História vinculado ao PPGH-UFRN (Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte), com bolsa CAPES.

¹ O ano de 1904 é adotado em nosso projeto de pesquisa em virtude de ter sido nele, por meio da resolução nº 92, que a Intendência teve uma melhor definição dos seus campos de atuação na cidade. Já o ano de 1909, adotado como marco final neste artigo, destaca-se pela realização de um ciclo de conferências que despertará a atenção da elite local, especialmente pelo discurso de Manoel Dantas, futuro presidente da Intendência, sobre a *Natal daqui ha cincoenta annos*, como veremos.

encontra nosso recorte de pesquisa (1904-1929). Cidade e capital da Capitania do Rio Grande e depois província e Estado do Rio Grande do Norte.

Acontece, contudo, que estes estatutos de cidade e capital² foram constantemente questionados, ao menos até o início do século XX. Em crônica de 1929, Câmara Cascudo dirá que Natal “imita cidade recém fundada”, cuja verdadeira idade só era denunciada pelo “enveizamento das arterieas (CASCUDO, 1929: 1)”. Outras crônicas e matérias do período abordado em nosso projeto, especialmente da década de 1900, se referirão a Natal como um campo de criação, uma fazenda iluminada (mal iluminada, é importante que se diga...), cobrando maior intervenção do Conselho de Intendência Municipal nos destinos da cidade. Desta maneira, o jocoso e irônico trocadilho do Bispo de Olinda, proferido em fins do século XVIII, “Cidade do Natal, ou não tal (GALVÃO. In: EMERENCIANO, 2007: 11)”, permanecia vivo no discurso das elites que intentavam implementar profundas mudanças nas feições da capital potiguar e nos costumes de sua população.

Como poderemos ver, nos discursos dos membros dessa elite local Natal era uma cidade de direito, mas não de fato. Com o regime republicano, crescerá o interesse desse grupo em transformar a cidade ou, por que não dizer, fazer de Natal uma cidade, dando-lhe o grau de civilização e progresso que marcavam as cidades européias e americanas, bem como a capital federal – atingida pelas reformas de Pereiras Passos, entre 1904-1906 –, referências para esse grupo social em seu intuito modernizador.

Tratamos aqui, portanto, de um projeto de uma nova cidade, uma Nova Natal que deixaria a Velha Natal, de ruas tortuosas e enviesadas, na lembrança. Não se trata aqui, porém, de um projeto bem definido de construção de uma nova cidade, como se vê no caso de Brasília. O único plano urbanístico que foi criado para Natal no período que estudamos, o Plano Geral de Sistematização de Natal, ou simplesmente Plano Palumbo, de 1929, mal saiu do papel. Mas não é de um projeto de tal espécie, planejado por arquitetos e engenheiros, de que nos ocuparemos. O projeto que estudamos, também formado por diferentes camadas – identificamos ao menos duas – se constitui de diferentes ações que, estudadas em conjunto, podem nos revelar um ideal de cidade moderna.

² Sobre o isolamento de Natal no início do século XX, situação que pôs em cheque sua condição de capital, ver artigo do historiador Raimundo Arrais (ARRAIS. In: FERREIRA; DANTAS, 2006: 121-136).

Entre essas ações estão a criação de resoluções e editais municipais, responsáveis pela regulamentação das diversas atividades realizadas no espaço citadino e pela busca da reforma dos costumes locais; os discursos em prol da construção de uma cidade moderna, vistos em matérias de jornal, especialmente n’A Republica, em conferências e crônicas realizadas por alguns membros da elite local; as obras materiais que se desenvolveram na cidade, alterando seu corpo, como as obras de calçamento, a construção de jardins, das estradas de rodagem, a abertura de avenidas, entre tantas outras; e, por fim, o Plano Geral de Sistematização de Natal, marco final do nosso projeto de pesquisa.

Com relação às camadas a serem exploradas, identificamos, como já dissemos, duas. A primeira, mais extensa, cobre o período que vai de 1904 a 1924: é o tempo em que a Intendência Municipal esteve entregue aos coronéis da Guarda Nacional, tempos de maiores dificuldades financeiras e, conseqüentemente, de pouca autonomia em relação ao Governo do Estado, responsável pelas principais obras materiais realizadas na capital nesse período, como o Teatro Carlos Gomes, concluído em 1904 e reformado oito anos depois, e a Ponte sobre o Potengi, construída entre 1914 e 1916, para ficarmos em dois exemplos mais significativos. O segundo estrato é mais fino, indo de 1924 a 1930, mas sua composição é, ao mesmo tempo, mais firme. Trata-se do momento em que a Intendência e, a partir de 1927, a prefeitura de Natal, dirigidas pelo intelectual Manoel Dantas (1924) e pelo seu genro, o engenheiro Omar O’Grady (1924-1930), com maior autonomia financeira, passará a agir na cidade com bem mais intensidade, animando o espírito dos membros da elite local, que acreditavam que a cidade de Natal caminhava rumo ao Progresso.

Neste artigo, como dito, trataremos de uma parcela desta primeira camada, por nós intitulada de “tempo dos coronéis”, buscando mostrar as ações da Intendência Municipal e, especialmente, os seus limites e entraves para construir uma Natal moderna.

Cidade ou campo de criação?: Natal no “tempo dos coronéis”

Começamos com uma imagem, a de *uma cidade subterranea*. É este o título de uma matéria publicada n’A Republica, em 13 de janeiro de 1904. O texto apresenta uma

descoberta: no Azerbaijão, à margem direita do rio Amon Daria, arqueólogos desenterraram uma cidade subterrânea, escondida, isolada por uma cadeia de montanhas, Bockharam. Pela breve descrição feita na matéria, descobrimos sobre a cidade que “mede duas milhas de comprimento e compõe-se de um enorme labirinto de corredores, ruas e praças cercadas de casas e outros edificios de um ou dous andares de altura. (...) (A REPUBLICA, 06 maio 1924)”. Tomamos conhecimento também de que a cidade, pelos objetos que foram nela encontrados pelos pesquisadores, era bastante antiga, contando ao menos dois séculos de existência antes de Cristo. Mas o que Bockharam teria a ver com a Natal do início do século? Deixemos, por ora, essa questão quieta em seu canto e partamos para a análise de outras fontes que falam dessa Natal da entrada do século XX.

Ainda em 1904, em 28 de abril, um leitor indignado com as cenas de gado e outros animais pastando em logradouros públicos de sua cidade (quem sabe até mesmo em frente a sua residência) escreve ao dr. Manoel Dantas, à época redator-chefe d'A Republica (órgão oficial do Partido Republicano Federal no RN), reclamando maior atenção e fiscalização da Intendência Municipal no cumprimento de suas resoluções. A matéria, pelo seu significado, merece ser transcrita na íntegra. Segue, com tom de indignação, a reclamação:

Ha tempos, o governo municipal, entendendo – e muito bem – que as ruas desta capital devem ser destinadas exclusivamente ao transito e commodidade do publico, ordenou a retirada dos gados que as estavam convertendo num campo de criação.

Parece, entretanto, que estão desrespeitando tão util e previdente medida do governo municipal, porque, pelo menos em algumas ruas da Ribeira e da Cidade Nova, as vaccas, cavallos, burros, cabras e ovelhas pastam livremente, damnificando as propriedades e estragando as plantações que a pobreza começou a fazer nos quintaes das suas habitações.

Precisamos ver em que ficamos: ou cidade ou campo de criação (A REPUBLICA, 28 abr. 1904).³

O autor, anônimo, destaca de início a boa ação do governo municipal de proibir que o gado pastasse pelas ruas de Natal, pondo em cheque o seu estatuto de cidade. De fato,

³ Para uma análise das representações que se formam a respeito do campo/Sertão, e a dicotomia que se cria entre esse espaço e o da cidade, no mesmo período aqui abordado, ver: ARRUDA, Gilmar. *Cidades e Sertões*. Bauru: EDUSC, 2000.

uma das primeiras leis municipais criadas pela Intendência, no ano de 1893, afirmará em seu artigo 1º que “É expressamente proibido animais soltos nas ruas e praças publicas desta cidade (A REPUBLICA, 07 jan. 1893)”.

A medida, porém, parecia não ter surtido o efeito desejado. No bairro comercial da Ribeira e, acreditem!, na Cidade Nova, único bairro planejado da cidade, habitado pela elite local, os animais, soltos pelas ruas, continuavam a enfeiar a cidade e trazer prejuízos aos proprietários destes locais e aos pobres que faziam plantações nos quintais de suas casas. Mas este aspecto, pelo tom distante do autor da reclamação, parece não lhe interessar tanto. Afinal, também estas plantações não questionariam o grau de cidade oferecido a Natal desde sua fundação? A Intendência, crendo nisso, veremos, estabelecerá logo mais resoluções proibindo também estas plantações. Se elas surtiram efeito ou não, isto é outra história...

A resolução de nº 3/1893 não “pegou”. Onze anos após sua publicação, vemos a reclamação acima referida, mostrando a incapacidade da Intendência de executar as normas impostas por suas leis. Outras resoluções virão em seguida tratando do mesmo tema, como a de nº92/1904 (trataremos ainda dela); a de nº 127/1909; e, por fim, uma sem número, publicada em 04 de maio de 1911. Será que finalmente a lei tinha “pegado”? Ela teria conseguido, enfim, seu propósito de reformar o inveterado costume local de fazer das ruas da urbe pasto de criação? Ou ainda seria comum neste tempo ver bois, cabras e ovelhas pastando pela cidade? É de se imaginar a revolta daquele cidadão anônimo ao ver um porco, por exemplo, pastando em uma belíssima palmeira imperial posta na esquina de uma das largas avenidas planejadas do bairro de Cidade Nova⁴. Que ira!

Mas ele havia de entender que reformar costumes tão antigos não era tarefa fácil. A busca pela construção de uma nova ordem, que pode ser sentida na elaboração dessas resoluções pela Intendência, batia de frente com esses hábitos inveterados e com a realidade complexa do ambiente urbano, formado por outros grupos sociais, os quais, além de possuírem uma visão distinta da elite em relação ao espaço em que viviam, deviam ter pouco acesso ao conteúdo da lei, levando-se em conta que a esmagadora maioria da população era analfabeta (não temos dados precisos sobre o índice de

⁴ De acordo com o artº 44, § único, da Resolução municipal nº 92/1904, que estabelece vegetação especial para esse bairro. Ver; RIO GRANDE DO NORTE, 1905: 8.

analfabetismo, mas são constantes as matérias de jornal nesse início de século XX que apontam esse problema como um dos maiores entraves para a construção de um Estado e capital civilizados) e, certamente, não deveria ter renda suficiente para assinar A Republica, órgão pelo qual as leis eram veiculadas. Mas deixemos, por enquanto, essa relação ambígua entre o conteúdo da lei e sua execução.

O que mais chama a atenção no relato do cidadão anônimo é a sua derradeira frase. Afinal, seria correto chamar Natal de cidade ou, pelo seu aspecto físico e, antes de tudo, pelos comportamentos que se observavam de suas classes mais humildes, seria mais apropriado chamar Natal de uma grande fazenda, ou um campo de criação? Malgrado o estigma de cidade colonial, de ruas tortuosas, caminhos enviesados, que vemos em crônicas de Cascudo e do Braz Contente (pseudônimo adotado por Manoel Dantas)⁵, além de Januário Cicco, Eloy de Souza, entre outros, parecia incomodar mais à elite local esse aspecto rural que pairava sobre a capital potiguar. É o que percebemos por denúncias como esta e por uma série de resoluções, como as que citamos, que insistem em confirmar o estatuto de cidade de Natal, pela negação de práticas que seriam típicas do ambiente rural.

A preocupação deve ter se tornado mais intensa entre os anos de 1902 e 1904, período marcado por fortes secas que atingiram todo o sertão do Rio Grande do Norte. Inúmeras matérias publicadas no ano de 1904, tanto n'A Republica, quanto no *Diário* de Elias Souto, apresentam o drama dos sertanejos que fugiam de sua terra e vinham para a capital⁶, quando não tomavam rumos ainda mais distantes, indo normalmente parar no extremo norte da nação⁷.

O jornal A Republica dá-nos conta de que no primeiro semestre de 1904 ao menos 15 mil pessoas saíram de suas cidades para trabalhar em obras na capital do Estado (A

⁵ Ver, por exemplo, a crônica de Cascudo sobre o Plano Palumbo (CASCUDO, 1929) e a crônica de Manuel Dantas, de 1918: A REPUBLICA, 14 jun. 1918. Para uma análise mais detalhada da construção do discurso de negação da cidade colonial e de sua importância no planejamento de reformas empreendidas na capital, especialmente na década de 1920, ver: DANTAS, 2003: 61-82.

⁶ Para uma análise das imagens que se formaram acerca desse retirante da seca na capital potiguar, ver: FERREIRA; DANTAS, 2006: 45-68.

⁷ Segundo matéria d'A Republica, cuja publicação, por sinal, foi realizada no mesmo número em que aparece a denúncia do anônimo cidadão sobre os pastos que se faziam nas ruas da cidade, mais de 6.500 sertanejos já haviam deixado o estado, indo a maioria deles para o extremo Norte (4.939). A REPUBLICA, 28 abr. 1904. Este número ainda cresceu de modo considerável, pois ao menos até o dia 14 de junho (data do último aviso publicado n'A Republica sobre o embarque de emigrantes), centenas de retirantes continuaram a deixar o estado.

REPUBLICA, 21 jun. 1904), carregando e quebrando pedras, em troca de salário e alguma alimentação. Ao todo o governo federal, à época comandado por Rodrigues Alves, liberou, em três parcelas, um crédito total de 175:000\$000 (cento e setenta e cinco contos de réis) (A REPUBLICA, 03 jun. 1904) para auxílio aos flagelados, o qual foi essencialmente gasto em obras públicas, provocando a revolta do líder oposicionista, o Coronel Elias Souto.

Uma comissão (a Comissão Central de Socorros Publicos) foi formada para a organização dos trabalhos dos flagelados, contando com os nomes de Francisco Cascudo (importante comerciante da cidade e Intendente mais votado no ano de 1925) e do então presidente da Intendência, o “eterno” coronel Joaquim Manoel Teixeira de Moura, ficando aquele responsável pelo alistamento dos homens e este, o das mulheres. O coronel “Quincas” Moura, como era chamado pelo seu amigo Manoel Dantas, recebeu entre os meses de maio e junho de 1904, pelas nossas rápidas contas, a considerável quantia de 1:126\$000 (um conto, cento e vinte e seis mil réis) (A REPUBLICA, 09-21 jun. 1904), para ajuda aos flagelados. Não temos notícia de quanto o coronel Cascudo recebeu como membro da comissão e responsável pela alimentação fornecida para os retirantes. Mas, em 07 de maio daquele ano, recebeu a vultuosa quantia de 10:692\$870 pela mobília do Teatro Carlos Gomes. De onde teria saído tal valor?

Contando com o valor de dois contos e quinhentos mil réis doados pela Prefeitura da Capital federal (A REPUBLICA, 25 maio 1904), à época sob o comando de Pereira Passos, os cofres do Governo do Estado receberam ao todo 177:500\$000 (cento e setenta e sete contos e quinhentos mil réis), gastos em compra de sementes, passagens aos retirantes e auxílios dirigidos à Comissão Central, responsável por agrupar os retirantes na construção de obras na capital (A REPUBLICA, 03 jun. 1904). Para se ter uma idéia do valor desta quantia, de acordo com a resolução nº 90/1903, a despesa do Município de Natal para o ano subsequente foi orçada em aproximadamente sessenta e nove contos de réis, sendo 10 contos de réis destinados para as obras públicas.

As contas do Governo não convenciam o coronel Elias Souto, líder da oposição que, sempre com a língua afiada, sugere na coluna DIA A DIA, do seu *Diário de Natal*, o caminho que teria tomado tanto dinheiro:

Tem causado, de certo, verdadeiro pasmo o procedimento, governador Augusto Lyra, com relação as obras publicas que tem feito e continua, a fazer s. excia., quer por grandes contractos com diversos, quer administrativamente, sob o *martello* do *mandai pagar* ao major Theodosio Paiva [presidente da Intendência entre 1920 e 1922; à época era fiscal do Tesouro do Estado] encarregado, ou "engenheiro" constructor do Estado! [...]

(...) Ahi estão as obras publicas mandadas faser por s. excia. á custa dos dinheiros destinados para os flagellados da secca, e á custa dos proprios dinheiros do Estado[...]

E uma cousa singular: todos os calçamentos de praças e ruas feitos são em torno, ou derredor das casas do dr. Pedro Velho [líder do Partido Republicano Federal no RN], genros, irmãos e sobrinhos; as estradas calçadas dão para as chacaras desses mesmos *felizardos*, e até uma casa se construiu, com os dinheiros publicos, no muro da casa dos filhos do Augusto Severo, disendo-se que servirá para alojar a guarda de pessoa do dr. Augusto Lyra. [...] (DIARIO, 09 fev. 1905)

Assim, a verba destinada para o socorro aos flagelados teria sido aproveitada em algumas custosas obras na capital do Estado. Mas não por toda ela, certamente. Matérias do jornal Carioca *Diario da Manhan*, por meio de denúncias anônimas, também afirmavam que parte significativa do dinheiro destinado ao socorro aos flagelados estava sendo desviada. O governo, através do seu jornal, defendia-se como podia das acusações, em seguidas matérias que negavam veementemente o desvio de verbas denunciado pelo periódico da capital federal (A REPUBLICA, 3 fev. 1904; _____, 29 fev. 1904; _____, 1 mar. 1904; _____, 5 mar. 1904; _____, 7 mar. 1904; _____, 30 abr. 1904.), sem apresentar, porém, argumentos convincentes que explicassem o gasto de uma verba que era praticamente três vezes superior ao orçamento da Intendência da capital.

Se as obras públicas, pelo que vemos em denúncias do *Diario* e do *Correio da Manhan*, deixavam a desejar, atendendo apenas às necessidades daqueles mais próximos ao poder, o setor de serviços também não era dos melhores, levando alguns leitores d'A Republica a cobrar maior atenção da Intendência Municipal, responsável pela fiscalização dos serviços urbanos, cuja execução estava a cargo de terceiros. No início do ano de 1904, um outro cidadão não identificado reclamará do serviço de iluminação pública, fazendo apelo ao Coronel Joaquim Manoel:

A iluminação publica n'estes ultimos dias tem estado abaixo da critica. As chaminés e vidros dos lampeões estão ainda mais embaçados do que a consciencia de um condenado! [...]

O honrado presidente da Intendencia devia chamar o alferes Antonio de Macêdo [responsável pela prestação do serviço de iluminação pública] á ordem, obrigando-o a nos dar luz, luz! (A REPUBLICA, 23 jan. 1904)

Um campo de criação, segundo a primeira crítica que aqui expusemos, e ainda por cima, muito mal iluminado! Vendo o alferes Macêdo tomando conta do serviço e obtendo lucros sem quase nada fazer, de maneira que apenas a luz da lua iluminava a cidade, como vemos em outro trecho da carta endereçada a *A Republica*, o autor da denúncia roga ao presidente da Intendência que cobre providências do dono da concessão responsável pelo serviço de iluminação elétrica. No dia seguinte, cobrança no mesmo tom é feito por outro cidadão e, aos 20 de fevereiro o primeiro denunciante volta à tona, um tanto quanto aflito por não saber mais a quem apelar:

A iluminação publica continúa peor [sic] do que estava, depois da minha reclamação publicada na vossa conceituada folha. [...]

Isto assim [sic] é ligar pouca importancia ao publico e nenhuma aos fiscaes:

Para quem appellar? (A REPUBLICA, 20 fev. 1904)

Denúncias outras serão feitas no mesmo jornal, relacionadas a diferentes campos que deveriam ser fiscalizados pela Intendência, tais como o mercado público, lotado de açambarcadores de mercadoria; o serviço de limpeza, que muita deixava a desejar, cobrindo apenas de tempos em tempos um curto espaço da cidade; além das já citadas sobre a parca iluminação pública da capital⁸. Merece destaque, entre elas, o BILHETE POSTAL do senhor Felix Mimoso (provavelmente pseudônimo). Eis um trecho de sua comunicação dirigida ao *illustre redactor chefe da A Republica*:

Não pense o meu carissimo doutor que venho reclamar providencias relativamente ao modo estapafurdio porque entre nós continúa a ser feito o serviço da decantada limpeza publica.

⁸ Sobre denúncias acerca de práticas ilícitas dos comerciantes no mercado público, ver A REPUBLICA, 16 mar. 1904; _____, 06 abr. 1904. Sobre as críticas relacionadas ao serviço de limpeza pública, ver _____, 07 mar. 1904; _____. 06 maio 1904.

Não supponha também que do alto das columnas do velho e sympathico órgão republicano, eu ouse lançar um vibrante e solemne protesto contra a pertinacia *japoneza* do contractante da nossa funebre iluminação [...] Isto seria o mesmo que esmurrar estatuas de marmore, dar cafunés em pontas de faca ou clamar na vastidão do deserto pela realidade d'esse grandioso e ambicionado sonho que é a paz universal! [...]

O objectivo das linhas presentes, sr. redactor, consiste em pedir que essa folha democratisadora, em nome da moral e da salubridade publicas, reclame serias providencias do patriotico governo municipal e do illustre inspector de hygiene, no sentido de não mais continuarem a funcionar na praça do mercado, os nauseabundos, os barbaros, os pavorosos *mictorios* que se offerecem alli á serventia da pobre gentalha (A REPUBLICA, 06 maio 1924).

O senhor Felix Mimoso, certamente responsável por alguma das cartas de denúncia aos serviços urbanos apresentadas neste texto, mostra-se ironicamente conformado com a situação em que se encontravam os serviços de iluminação e limpeza pública. Do que adiantava reclamar? O capitão Lustosa e o Alferes Macedo (façamos um parêntese: estes confrades militares, provavelmente também membros da Guarda Nacional, à época dirigida pelo Presidente da Intendência, estavam em todas), responsáveis, respectivamente pelos serviços de iluminação e limpeza, agiam por conta própria, sem qualquer fiscalização da Intendência, conforme expõem as denúncias.

Mas o caso agora era mais sério. Urinar na praça do mercado municipal parecia mexer mais com os brios de alguém que desejasse a sua cidade, capital do Estado reitere-se, o grau de civilizada. Era ato *barbaro* e só podia fazer parte dos hábitos de uma *pobre gentalha*. Além disso, a atitude contrariava o estabelecido no § 1º do Art.º 54 da Resolução nº 92, recém publicada, que proibia que se urinasse no interior do mercado público ou em qualquer dependência sua sob pena de prisão por 24 horas. E se a norma existia, certamente o ato que ela desejava punir era recorrente.

Leis, de fato, eram muitas, embora se encontrassem esparsas e não reunidas em um único documento, algo que só será projetado na gestão de Omar O'Grady (A REPUBLICA, 29 maio 1925). Mas vemos que não era delas que os denunciantes reclamavam, e sim da falta de atitude do *patriotico governo municipal*, do Conselho de Intendência da Capital. Mas o que esperar de uma instituição, como já dito, com pouca autonomia? Lembremos que à frente do Partido Republicano Federal e dos negócios

públicos do Estado, estava a centralizadora figura de Pedro Velho⁹, administrando por conta própria a capital, nada deixando ao coronel Joaquim Moura, segundo relata o ardiloso Coronel Elias Souto, em análise ao que se havia passado em 1904 no campo da política:

O director supremo do Estado, o sr. Pedro Velho, superpondo-se a tudo e a todos - continuou a sua politica de absorpção cada vez mais accentuada. Annullou completamente o congresso legislativo do Estado, o governador e a Intendencia municipal da capital. Legislou e governou a seu talante o Estado e o municipio da capital, sendo surdo aos clamores do povo e ás censuras da imprensa livre e independente (DIARIO, 01 jan. 1905).

Nessa toada, Elias Souto afirma que pouco fazia o coronel Joaquim Manoel na presidência da Intendência, resignando-se a ser um “bom discípulo (DIARIO, 08 jan. 1905)” do dr. Pedro Velho, que mandava e desmandava a seu talante. Mas que ninguém se engane e ache que isto era feito à revelia da lei. O art.º 5º do decreto estadual nº 8/1890, responsável pela criação do Conselho de Intendência Municipal, previa a intervenção do governo do Estado nessa instituição, reservando-lhe o direito de alterar as funções desse Conselho, bem como a sua composição, quando assim conviesse “ao bem publico do município (RIO GRANDE DO NORTE, 1896: 32-34)”

E como bom discípulo, o coronel Joaquim Manoel permaneceu na presidência do Conselho de Intendência até o ano de 1913. A cidade progrediu em alguns aspectos: chegou o bonde, a iluminação elétrica, o teatro Carlos Gomes passou por uma significativa reforma... Nenhuma dessas obras, porém, foi realizada com verbas do governo municipal, que continuava sem significativa autonomia financeira para gerir seus negócios. De resto, a cidade continuava a possuir um ar de sertão, um jeito matuto de ser que incomodava à elite local, como vemos em uma série de crônicas publicadas n’A Republica em 1907, com a assinatura de Henrique Castriciano. Nelas, o prestigiado intelectual aponta para o isolamento geográfico de Natal, o qual lhe criara empecilhos sérios para o seu desenvolvimento e também ajudara a definir um tipo humano meio

⁹ Sobre o cenário político no Rio Grande do Norte durante a articulação do movimento republicano, os primeiros anos desse regime e o papel centralizador de Pedro Velho, ver: BUENO, Almir de Carvalho. *Visões da República: idéias e práticas políticas no Rio Grande do Norte (1880-1895)*. Natal: EDUFN, 2002.

“acabrunhado”. A República havia transformado a cidade em termos físicos, mas não mudara seu ar, sua alma:

A Republica como que reformou a capital; esta alargou-se, estendeu se, porém os melhoramentos não alteraram a sua physionomia da aldeia. [...]

(...) O jardim, o teatro, o calçamento e o nivelamento de certas ruas, especialmente da Avenida Rio Branco, deram nos um ar mais distinto, embora o conjunto da cidade, desde as casas mal construídas até o aspecto dos habitantes, deva impressionar pouco satisfactoriamente o viajante que notará logo a nossa curiosidade matuta. [...] (CASTRICIANO, 1907-a: 1)

Malgrado as benfeitorias realizadas no início do Regime Republicano, quase sempre com financiamento do Governo do Estado, embelezando a cidade, dando-lhe “um ar mais distinto”, algo de mais significativo parecia não mudar: a alma da cidade. As casas, pequenas, mal construídas, emprestavam a Natal um ar de vilarejo, um traço de aldeia. O problema maior, porém, parecia estar no habitante desta cidade, que mantinha o seu jeito matuto, uma timidez que marcava a vida coletiva, sendo pouco dado ao contato com o que vinha de fora, em virtude do isolamento que marcara a capital, o qual só começou a ser superado na segunda metade do século XIX. Com a transposição, ao menos parcial, desse empecilho ao desenvolvimento local, algumas mudanças se realizaram no cenário intelectual, sendo dada à elite a possibilidade de viajar com maior constância para centros mais desenvolvidos, especialmente o Recife, de modo que os membros desse grupo puderam incrementar a produção intelectual do Rio Grande do Norte, assimilando “o que de mais novo se produziu lá fóra. (CASTRICIANO, 1907-b: 1)”

Mas o que fazer com o restante da população, acabrunhada, com ar matuto, e uma timidez que marcava a vida coletiva? Como educar este povo e dar-lhe costumes que fossem compatíveis com as mudanças empreendidas pela República na capital do Estado? Uma tal obra civilizatória seria imprescindível para a elite que administrava o Estado e sua capital e seguirá em pauta nos anos subseqüentes.

Entramos em 1909. A morte do poeta Segundo Wanderley será sentida por esse grupo. Alguns dos seus mais importantes representantes se reúnem em sessões no Teatro Carlos Gomes, discutindo que caminhos tomar para ajudar os órfãos do pranteado poeta. O governo do Estado, à época presidido pelo Dr. Alberto Maranhão, se

oferece a comprar uma casa para dar-lhes como patrimônio, contando com o apoio de amigos e admiradores do “querido vate potiguar”. O grupo, que se reúne em 31 de janeiro no citado teatro, decide, além disso, realizar um ciclo de conferências, espetáculos e corridas no *Sport Club*, no intuito de homenagear o falecido e angariar fundos para a compra da casa para seus filhos (A REPUBLICA, 01 fev. 1909).

Entre os que se dispõem a conferenciar sobre temas locais, estão Eloy de Souza e Manuel Dantas¹⁰. As conferências, cobertas pel’A Republica, são cercadas de expectativa e contam com grande público. A primeira delas é realizada por Eloy de Souza, em 21 de fevereiro daquele ano, no salão nobre do Palácio do Governo, dissertando sobre os *costumes locais*. O tema dava mesmo muito o que discutir.

Na sua conferência, Souza destacará, como fizera o seu irmão Henrique Castriciano, que a República trouxera para a Província e para sua capital um cenário de progresso e desenvolvimento material, despertando a urbe natalense de um “sono três vezes secular (SOUZA, 1982: 45)”. Ao contrário de Castriciano, porém, Souza acreditava que Natal havia perdido os seus costumes inveterados, o seu jeito matuto; a cidade não teria encontrado, todavia, “sucedâneos em harmonia com as necessidades espirituais de seus habitantes (Ibidem: 39)”. Ou seja, o corpo e a alma da cidade não existiam em harmonia, não pareciam constituir um único ser. Seria uma das tarefas do Estado educar a população, investindo especialmente no ensino primário, para que tal desarmonia pudesse ser consertada.

Em 21 de março daquele ano, foi a vez de Manuel Dantas apresentar, em cinquenta minutos (A REPUBLICA, 22 mar. 1909), o que seria *Natal daqui ha cincoenta annos*. Como outros de seu tempo, Dantas destacará a importância do regime republicano no erguimento de uma nova Natal. O imperativo “Surge et ambula”, que dá início ao último “ato” da sua história, expressa a saída da cidade de um cenário de atraso que marcara os “tempos da monarquia” em direção, “a passos de gigante”, ao Progresso. Este surto de progresso, de modernização é “previsto” pelo jornalista – não sem uma certa ironia – na “quinta ou sexta Intendencia do meu nobre amigo Quincas Moura. (DANTAS, 2009: 16)”

¹⁰ De acordo com A REPUBLICA, 01 fev. 1909, os demais conferencistas foram Domingos Barros, Honório Carrilho e Henrique Castriciano, outros importantes membros da elite local.

O ciclo de conferências em questão chama a nossa atenção. Feito com o objetivo primeiro de ajudar os desamparados órfãos de Segundo Wanderley e sua viúva (nota: perceba-se os laços que uniam essa elite, tornando-a em momentos como este uma espécie de confraria), ele também apresenta uma intenção clara, ao nosso ver, de orientar tal grupo em relação ao novo cenário trazido pela República à capital, ao passo que lhe expunha os maiores entraves para fazer de Natal um moderna e civilizada urbe. É importante ainda dar-se conta de que o ciclo de conferência nasce de uma iniciativa do próprio Estado, sendo todo ele desenvolvido no salão do Palácio do Governo. Vale, por fim, ressaltar que os conferencistas que aqui mencionamos tocarão em suas falas no papel do poder administrativo – ora o governo do Estado, ora o Conselho de Intendência – reconhecendo sua importância para guiar a capital potiguar a novos rumos, ao Progresso, com inicial maiúscula, como vemos em discursos presentes nas matérias de jornal.

Com relação à previsão de Manoel Dantas em relação ao seu amigo, o coronel Joaquim Manoel, ele quase acertou. Quincas Moura permaneceria ainda até 1913 no poder. Mas será justamente na Intendência do nobre Manoel Dantas e, especialmente, na do seu genro, o engenheiro Omar O'Grady, que a cidade do Natal terá o seu maior desenvolvimento, com obras que tomarão conta de boa parte da cidade, chegando mesmo a atingir a região suburbana, em especial o bairro popular das Roccas. Mas isso é outra história, outra camada, queremos dizer, a ser contada/escavada mais à frente.

Últimas palavras

No recorte por nós abordado neste artigo, do ano 1904 a 1909, vemos uma Intendência Municipal pouco atuante no cenário urbano da capital potiguar. Alguns fatores podem ser levantados para explicar essa situação, entre os quais a dependência econômica e política em relação ao Governo do Estado, sendo esta última referendada pelo próprio decreto de criação do Conselho de Intendência, o já citado decreto estadual nº 8/1890.

Neste período, sem condições financeiras de arcar com obras de grande porte, as quais ficaram a cargo da administração estadual, a Intendência teve seu papel quase que

exclusivamente limitado a legislar sobre os mais diferentes assuntos de interesse direto da municipalidade. As resoluções, buscando normatizar temas como o da higiene, construção pública, serviços, indústria e comércio, esbarravam muitas vezes em inveterados costumes locais, que elas ansiavam também reformar, e na falta de fiscalização da própria Intendência Municipal.

Nos meados da década de 1910, com a desarticulação da Oligarquia Albuquerque Maranhão e a crise financeira decorrente dos altos juros que o Governo do Estado pagava pelos empréstimos franceses realizados em 1910 e das constantes secas que atingiam a economia local, a cidade do Natal passará por um cenário de crise urbana que só será superado nos meados da década seguinte, a partir da gestão de Manuel Dantas e, em seguida, do engenheiro Omar O'Grady. Construções e reformas de calçamentos, estradas de rodagem, praças, jardins, abertura de uma importante avenida, a avenida Atlântica, além de uma significativa reforma administrativa serão algumas das marcas do período que vai de 1924 a 1930. Ações que, para a elite local, levavam Natal para o rumo do progresso, a retiravam do isolamento, do esquecimento, tal como acontecera à pequena e labiríntica Bockharam, ao ser desvendada pelos arqueólogos. Mas como dito, trata-se de uma outra camada da história que ainda será discutida.

Bibliografia:

ARRAIS, Raimundo; ANDRADE, Alenuska; SANTOS, Renato. *Construindo uma cidade moderna: o papel da Intendência municipal e da legislação urbanística em Natal (1892-1930)*. Vitória: Anais do XI SHCU, 2010.

ARRUDA, Gilmar. *Cidades e Sertões*. Bauru: EDUSC, 2000.

BUENO, Almir de Carvalho. *Visões da República: idéias e práticas políticas no Rio Grande do Norte (1880-1895)*. Natal: EDUFN, 2002.

CASCUDO, Luís da Câmara. *História da cidade do Natal*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira; Natal: EDUFN, 1980.

DANTAS, George. *Linhas convulsas e tortuosas retificações: transformações urbanas em Natal nos anos 1920*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da EESC-USP. São Carlos, 2003.

_____. Crise urbana em Natal na virada para os anos 1920: impasses da modernização e saberes técnicos. São Carlos: *Revista Risco*, n. 3, p. 66-85, 2006.

FERREIRA, Angela; DANTAS, George (org.). *Surge et Ambula: a construção de uma cidade moderna (Natal, 1890-1940)*. Natal: EDUFRN, 2006.

GALVÃO, Hélio. Aspectos da evolução urbana e demográfica de Natal. In: EMERENCIANO, João Gothardo Dantas (org.). *Natal não-há-tal: aspectos da história da cidade do Natal*. Natal: Depto de Informação, Pesquisa e Estatística, 2007.

MONTEIRO, Denise Mattos. Coronéis e oligarcas: o Rio Grande do Norte no sistema de poder da Primeira Republica (1880-1930). In: _____. *Introdução à História do Rio Grande do Norte*. 3. ed. Natal: EDUFRN, 2007.

SOUZA, Itamar de. *A República Velha no Rio Grande do Norte*. Natal: Gráfica do Senado Federal, 1989.

VIDAL, Laurent. *De Nova Lisboa a Brasília: a invenção de uma capital (séculos XIX-XX)*. Brasília: Ed. UnB, 2009.

Fontes:

A *REPUBLICA*, Natal, 01 mar. 1904.

_____, Natal, 03 fev. 1904.

_____, Natal, 05 mar. 1904.

_____, Natal, 06 abr. 1904.

_____, Natal, 07 mar. 1904.

_____, Natal, 07 jan. 1893.

_____, Natal, 11 fev. 1903.

_____, Natal, 12 fev. 1902.

_____, Natal, 14 jun. 1918.

_____, Natal, 16 mar. 1904.

_____, Natal, 17 set. 1903.

_____, Natal, 21 jun. 1904.

_____, Natal, 28 abr. 1904.

_____, Natal, 29 fev. 1904.

_____, Natal, 30 abr. 1904.

- A SECCA. *A Republica*, Natal, 25 maio 1904.
- BILHETE Postal. *A Republica*, Natal, 06 maio 1904.
- CASCUDO, Luís da Câmara. O novo plano da cidade; I – A cidade. *A Republica*, Natal, 30 out. 1929.
- CASTRICIANO, Henrique. Lourival e o seu tempo – II. *A Republica*, Natal, 04 jul. 1907.
- _____. Lourival e o seu tempo – III. *A Republica*, 05 jul. 1907.
- CONFERENCIAS Litterarias. *A Republica*, 22 mar. 1909.
- DANTAS, Manoel. Natal d'aqui ha cincoenta annos (Edição fac similar do original publicado em 1909, pela Imprensa Official). Natal: Flor do Sal, 2009.
- DIA a dia. Como elles são.... *Diario de Natal*, 08 jan. 1905.
- DIA a dia. O anno que findou. *Diario de Natal*, 01 jan. 1905.
- ILLUMINAÇÃO Publica. *A Republica*, 23 jan. 1904.
- LIXO. *A Republica*, Natal, 07 mar. 1904.
- MERCADO Publico, *A Republica*, Natal, 16 mar. 1904.
- RIO GRANDE DO NORTE. *Actos legislativos e decretos do governo* (1904). Natal: Typ. d'A Republica, 1905.
- RIO GRANDE DO NORTE. *Actos legislativos e decretos do governo* (1910). Natal: Typ. d'A Republica, 1911.
- RIO GRANDE DO NORTE. *Decretos do Governo do Estado do Rio Grande do Norte*. Natal: Typ. da Empreza graphica de Renaud & C^a, 1896.
- SOCORROS Publicos. *A Republica*, Natal, 03 jun. 1904.
- SOUZA, Eloy de. *Costumes locais e outros temas*. Mossoró: Coleção mossoroense, 1982.
- UMA CIDADE subterranea. *A Republica*, Natal, 13 jan. 1904.
- VARIAS. *A Republica*, Natal, 01 fev. 1909.